

*OS DOIS LADOS DA MEMÓRIA: INTERPRETAÇÕES DE MILITARES E
DE ATORES DA RESISTENCIA ESTUDANTIL SOBRE A REPRESSÃO
NO BRASIL (1964-1985)*

Aline Prado Atassio¹

Aline Michele Nascimento Augustinho²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as memórias de militares do exército sobre a repressão entre os anos 1964-1985, através da Coleção História Oral do Exército, organizada e publicada pela Bibliex. Nesta publicação, que conta com 250 entrevistas divididas em 15 tomos, os oficiais que se encontravam dentro do Exército no período do regime militar expõem a forma como perceberam, entre outras coisas, a repressão no período ditatorial. Em contrapartida, analisa também as impressões daqueles que viveram tais repressões, mais especificamente atores do Movimento Estudantil, comparando as mesmas ações a partir de um duplo olhar de reconhecimento. Este texto procura, com o auxílio da história oral e estudos de memória, demonstrar também aspectos internos à instituição que contribuíram para a criação de uma memória homogênea entre os militares sobre o período e que difere substancialmente daquela conhecida pela sociedade civil.

Palavras-chave: Repressão, memória, militares

Abstract: This paper intent to do one analyses of the army military's memories about the repression between 1964-1985, using the collection *Army's Oral History*, organized e published from Bibliex. In the publication, which had 250 interviews distributed in 15 volumes, the militaries who was inside the Army in the military's period expose the way which they perceived the repression in that time. This text search, whit help of oral history and the memory's, studies, still show some institution aspects interior which contributed to the creation of one hegemony memory among the offices about the military's period and whose conflict with that one knew form the civil society.

Keywords: Repression, memory, militaries

¹ Doutora em Ciências Sociais pela UFSCar.

² Doutora em Sociologia pela UNESP.

Introdução:

O ano de 2018 enfrenta situações políticas que contrariam as perspectivas de estabilidade democrática projetadas nos últimos anos. Após quase duas décadas de constantes eleições e reeleições de governos de centro-esquerda e esquerda no Cone Sul, observa uma guinada à direita em todo o continente, e um apoio crescente de setores da população aos governos conservadores. Parte desse apoio se deve à ideia de melhoria econômica divulgada por meio de propostas econômicas neoliberais. Neste contexto, emergem também as disputas pela memória do passado recente. Nos últimos quatro anos, observamos essa disputa a partir de dois grandes elementos: o marco dos 50 anos do Golpe Militar no Brasil, e a entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, acontecimentos de 2014 e em 2018 os 50 anos do “ano que não acabou” e que é marcado pelas movimentações mundiais, especialmente na França e, no Brasil, tendo à frente o movimento estudantil e, por fim, a edição do mais nefasto ato institucional da ditadura, o AI-5. Temos neste texto, portanto, um lado um grupo de representantes da instituição militar, que defende as ações praticadas no período de 21 anos de poder a partir do ponto de vista da instituição. De outro, uma política reparatória, que visava consolidar a estabilidade democrática de quase 30 anos, e que representava, muito embora promovida pelo estado brasileiro, setores sociais que por décadas buscaram respostas e reparação por violências e perdas sofridas no período ditatorial.

Após quatro anos de desdobramentos desses dois pontos, é importante compreender como estes grupos trabalham para manter e promover suas versões dos fatos. Por isso, contrapõem-se aqui construções mnemônicas, na forma de depoimentos, de grupos opostos nesta disputa, militares e antigos militantes estudantis, que em muitos momentos entraram em contato com as ações militares que pretendiam manter a segurança e a ordem nacional. Dentro da construção das memórias destes grupos, um dos temas mais controversos é a repressão sob a forma de tortura. E este será o conceito que guiará a análise entre as falas dos dois grupos.

- Golpe e Revolução, duas leituras de um mesmo evento

O ano de 2014 foi esperado com expectativa pelas discussões que traria à tona por conta dos 50 anos do Golpe Militar de 1964. Em meio às considerações acerca das releituras dos motivos políticos que levaram ao Golpe, do exame da estrutura das Forças Armadas durante os 21 anos em que esteve no poder, emergem também a problematização da memória e da participação política daqueles que militaram contra a ditadura e os governos militares.

Naquele ano, a instalação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, embora tardiamente, vinha renovando e até mesmo recriando paradigmas para as pesquisas acerca dos movimentos sociais e políticos de um período importante e ainda não totalmente esclarecido da história brasileira, o Regime Militar entre 1964-1985. Objetivando apurar as violações dos direitos humanos cometidos pelo Estado durante a Ditadura, de forma a “tranquilizar” as famílias e promover a “reconciliação” nacional, a comissão reascendeu a discussão represada na década de 1970 com as anistias, e retomou as memórias individuais ou de grupos de movimentos políticos há décadas desfeitos pelo tempo e pelas transformações na arena política advindas do processo de redemocratização, mas com um dado novo: não somente suas ações políticas ou perdas no passado seriam reavaliadas, mas elas poderiam ser “desculpadas”, “justificadas” ou haver um processo de penalização moral por parte do Estado e dos setores militares que infligiram ao manifestante qualquer malefício objetivado por questões políticas.

Indiscutivelmente, a instalação da CNV no Brasil foi um passo importante para o reconhecimento da própria história, no entanto, observamos no decorrer dos anos subsequentes, quando findada sua atuação, que a ausência de punições, como acontece no Chile e na Argentina, mesmo que sem um programa específico de ações reparatórias, deu margem para questionamentos, muitas vezes de setores da sociedade civil, sobre a ilegitimidade da ação repressiva durante a ditadura. O trabalho de reconciliação, por fim, não surtiu o efeito desejado, e observamos que o “ciclo comemorativo” (CARDOSO, 1998) dos “50 anos da Revolução de 1964”, como salientam os militares, teve uma presença tão marcante quanto as ações reparatórias.

Pelas definições nominais destinadas ao período, “golpe” e “revolução”, entende-se que o referido Regime Militar deixou marcas, histórias, mas também dúvidas.

Há mais para entender, para trazer à luz da contemporaneidade, do que aquilo que foi escrito ou mencionado em depoimentos ao longo desses 54 anos. Há quem mencione uma história dos “vencedores”, e uma história “dos vencidos”. Mas é a intersecção entre esses dois pontos de vista que pode mais se aproximar do real retrato do que foi esse período tão turbulento no país, interpretação que direciona este trabalho. Entre as mobilizações estudantis, sindicais, entre a ascensão ao poder de militares renomados e da criação de líderes oficiais, entre a guerrilha, a luta armada, os desaparecidos e os líderes da esquerda, há ainda o que não se sabe, o que não se conhece, o que pode ter sido esquecido, ocultado. Há ainda quem não pode soltar a voz sobre sua experiência nesse momento que, carregando todas as perspectivas positivas ou negativas, negando ou aceitando as estruturas erigidas pelos militares, somos hoje um país com um histórico muito recente de uma ditadura. É nesse sentido que este trabalho busca trazer à tona as vozes de ambos os lados, reconstruindo as memórias sobre a violência política no período entre 1964-1985 em duas frentes: a memória dos militares que estavam dentro da instituição, e a memória de líderes estudantis que sofreram violência do aparato militar.

2. O espaço para a construção e reprodução de memórias, os ciclos comemorativos.

2.1- A memória da direita militar

Não obstante as manifestações do Exército sobre o tema, com a publicação de notas e livros de memórias de seus integrantes, jamais a instituição havia se pronunciado sobre o assunto na tentativa de impor uma visão oficial sobre o golpe, até que em 2003 a Bibliex lançou a Coleção História Oral do Exército - *1964: 31 de Março. O Movimento Revolucionário e sua História*. Este trabalho utilizará esta publicação, ainda pouco explorada, tida aqui como parte de um material utilizado para a construção da história oficial do Exército sobre o golpe de 1964, mesmo passado algum tempo de sua publicação.

A coleção, composta de 15 tomos e 250 entrevistas, surgiu como resposta à esquerda, a oposição civil e, principalmente, ao que eles denominaram revanchismo.

Essa publicação foi a oportunidade de mostrar a todos a versão daqueles que participaram de alguma forma do golpe, independente da patente ou região em que serviam quando o movimento eclodiu. Nas palavras do próprio organizador, general Aricildes de Moraes Motta, o que se pretendia era “mostrar o outro lado da colina”. Ainda de acordo com o organizador, o objetivo da coleção é “tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pelas palavras daqueles que agora ganharam oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações” (MOTTA, 2003:9).

Definido o aporte bibliográfico para a memória dos militares, veremos que as diferenças na exposição das memórias individuais e da construção da memória social sobre o período se revelam desde as bibliografias disponíveis sobre o tema. A organização da Bibliex expõe a leitura e o posicionamento dos militares como instituição. Os muitos depoimentos seguem a mesma vertente: mostrar a versão “dos militares”, um conjunto, coeso. Do ponto de vista das memórias estudantis, essa possibilidade não existe. Ainda que se fale em “Movimento Estudantil”, a articulação dos estudantes era múltipla, plural e em muitos momentos internamente conflituosa (REIS FILHO, 1988). Havia divergências ideológicas e de atuação, sendo possível identificar diferentes grupos estudantis presentes no movimento.

Além disso, há outro fator muito importante: a identificação. Enquanto integrantes das Forças Armadas, os militares de direita puderam guardar suas memórias e vincular suas ações aos próprios nomes de forma a poder, meio século mais tarde, expor de forma organizada e em uníssono suas memórias. Mas, a partir de 1964, com a extinção da União Nacional dos Estudantes e suas organizações estaduais, a articulação estudantil se torna ilegal, e portanto, toda mobilização é clandestina. A manutenção de listagens com nomes, cargos e atribuições era impraticável. Desta forma, existem hoje inúmeras possibilidades de leituras de versões e depoimentos de seus integrantes, como biografias, autobiografias, depoimentos para institutos de pesquisa, pesquisas acadêmicas. No entanto, a clandestinidade e a configuração heterogênea do Movimento Estudantil não favorece uma publicação ampla sobre as memórias de muitos militantes, como acontece com a própria Bibliex.

Dentre as publicações, há certo foco nas memórias das lideranças estudantis, e em poucos grupos que se organizaram para a luta armada (ou seja, que deixam o movimento estudantil para se organizar a partir de uma lógica de atuação diversa) mas sabe-se que a repressão foi sentida pelo corpo do movimento, pela base, não somente pela cúpula. Não há documentos em que seus participantes estejam identificados e listados para além das lideranças, exceto os documentos da repressão. É no extinto DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social - , em suas atas e ofícios sobre a vigilância, e especialmente nos chamados IPMs, Inquéritos Policiais Militares, onde se organizava as ações de controle e punição aos “subversivos” que se encontra a maior fonte para identificar o comportamento e as ações do corpo do Movimento Estudantil. Há ainda as leituras sobre a estrutura e a organização do Movimento Estudantil de forma orgânica, como elemento de ação política organizada e/ou movimento de juventude, como expressão do tecido social do período. Estas leituras tem seu maior expoente em Martins Filho (1996, 1987), e Foracchi (1977), Reis Filho (1988).

Partindo da coleção Bibliex e dos Arquivos DEOPS, este texto, portanto, analisa de que forma se dá a construção e a manutenção das memórias sobre a repressão no regime militar, pontuando as leituras da instituição militar e daqueles que viveram a repressão. Com o auxílio da história oral e estudos de memória, procura-se demonstrar também aspectos internos à instituição que contribuiriam para a criação de uma memória homogênea entre os militares sobre o período e que difere substancialmente daquela conhecida pela sociedade civil.

A fim de atender o objetivo deste trabalho, faz-se imprescindível definir como a memória é aqui compreendida. Neste texto a memória “é o resultante da vivência individual e da forma como se processa a interiorização dos significados que constituem a rede de significações sociais” (Montenegro, 1992, p.93).

Relativamente à memória coletiva, podemos defini-la como o que se faz daquilo que foi vivido por grupos de indivíduos que compartilharam as mesmas situações no passado (Halbwachs, 1990). Este tipo de memória só existe enquanto uma organização a mantém ou reconstitui, de forma que, consciente desse fato, é muito comum que os grupos lutem para preservar suas memórias, escrevendo-as, celebrando-as e passando-as às gerações futuras, sendo este um dos principais objetivos das obras aqui estudadas.

A memória coletiva é importante forma de luta social pelo poder. Aquilo que se lembra ou que se faz questão de esquecer revela, pouco a pouco, a identidade do grupo. Segundo Jacques Le Goff (1996, p.425):

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

A memória não é apenas aquilo que se viveu, mas também o que se aprendeu, de forma que a história passada às gerações futuras possui importante papel na formação da memória do grupo e do seu imaginário.

Os estudos da memória garantem que a fala individual pode com precisão revelar o grupo, o imaginário coletivo construído pela instituição, sedimentado nos seus membros e ainda seus esquemas de percepção. Podemos, desta forma, compreender o discurso como algo socialmente produzido, ainda que o texto, ou seja, a forma como o depoente organiza sua fala, seja individual. Isso, contudo não significa que os agentes não sejam dotados de livre arbítrio, mas, conforme Bourdieu, ao analisar o Exército, devemos admitir que tal instituição é uma estrutura organizacional, bem como uma instância reguladora das práticas dos seus agentes. Por isto exerce nestes, através das condições e da disciplina que submete seus agentes, uma ação formadora de disposições duráveis. Podemos dizer que o Exército impõe a todos aqueles que dele fazem parte um princípio comum de visão e divisão, ou seja, “estruturas cognitivas e avaliativas idênticas” (Bourdieu, 2001).

Os depoimentos de Catarina Meloni, Cid Benjamin e Euclides Cunha, os dois primeiros, líderes estudantis em 1968, e o último, componente das bases do movimento e depois da resistência armada, tem seus depoimentos aqui dispostos como contraponto à fala dos militares. O depoimento de Catarina é pessoal, construído por ela mesma em seu livro, *O tempo das Escolhas* (2010), lançado após longos anos de recolhimento e silêncio. Metodologicamente, as mesmas ferramentas de leitura da memória através de um documento impresso serão utilizadas em suas memórias. O de Cid Benjamin, *Gracias a la Vida*, lançado um ano antes dos 50 anos de 1964, traça paralelos entre sua militância estudantil, a prisão, tortura e o exílio, com o cenário político que, então em 2013, permitia e estimulava lançar luz às memórias e falas da resistência. Para Euclides

Cunha, hoje entusiasta da disseminação das memórias do Movimento Estudantil e da Resistência à Ditadura, utiliza-se os preceitos da História Oral, em depoimentos livres, conduzidos pelo próprio depoente.

As questões colocadas pela História Oral atendem às demandas do presente, quando este se preocupa em voltar os olhos a fatos históricos ainda não muito bem compreendidos como é o caso do Golpe Militar, do Movimento Estudantil de 1968 e de todo o período ditatorial brasileiro. Mais que relembrar, os fatos mostram, hoje, como as novas experiências entram em concordância com o passado, levando em conta, acima de tudo, o ponto de vista dos indivíduos inseridos no processo que se deseja estudar. Mas qual seria o horizonte de preocupação e interesse do pesquisador em relação à história de vida?

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seu depoimento: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados e noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 1990, pág.34).

O foco no estudo das memórias, apesar de ter se fortalecido a partir dos anos 2000 até 2016, não é recente. Um das abordagens recorrentes neste tipo de estudo se baseia em Maurice Halbwachs (1990), que apresenta a memória como fenômeno social, examinando o âmbito das relações sociais e dos grupos de convívio. Este tipo de análise se concentra na compreensão da memória individual, considerando o indivíduo como um ser social que se integra em meios sociais que determinam sua concepção acerca dos fenômenos e fatos vistos ou experimentados.

Mas a memória individual é suficiente para a compreensão de um fenômeno passado? Sim e não. Ao mesmo tempo em que a experiência individual revela partes de um todo, a memória também necessita da *memória dos outros* como ponto de apoio, já que nós nos reconhecemos a partir dos grupos nos quais nos inserimos.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se

lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que do instrumento comum nem todos aproveitem do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (Halbwachs, 1990, pág.51).

Tendo em vista tais considerações, passamos a análise das memórias civis e militares sobre a repressão.

3. Vozes militares, uníssono

Atualmente, com a expansão dos estudos acadêmicos sobre o regime militar, as publicações de memórias daqueles que participaram de ações contra a ditadura e a comprovação da prática de tortura durante o período, além da ampla atenção dada pela mídia à questão, os militares deixaram de negar a existência de tal prática. Entretanto, os depoentes não admitiram que o ônus por tais atos seja debitado na conta do Exército, pois defendem que não foram praticados pela instituição e sim por alguns poucos elementos que faziam parte dela, como exemplifica o depoimento do coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro: “Faço distinção entre o excesso individual que pode ter até uma razão neurótica, psicológica, e o excesso institucional. Este, durante toda a minha participação, eu não vi!” (MOTTA, 2003, t.6; p.88).

A tortura - prática execrada por muitos - foi, contudo, considerada por outros como resposta ao tipo de guerra que o inimigo estava travando, que descrevem como “suja”, ou seja, desprovida de ética e sem respeito à pessoa do inimigo. Dois excertos de depoimentos estão transcritos abaixo e demonstram a pluralidade de opiniões sobre o assunto. No primeiro, o coronel Pedro Américo Leal condena a tortura, considerando que esta é uma prática proibida inclusive nos momentos extremos de uma guerra, pois fere princípios caros a todas as Forças Armadas; já o segundo, do coronel Hahenderson Vieira, a prática é válida dada a situação do momento em que foi praticada. A justificativa estaria na primazia do inimigo ao utilizar técnicas escusas de combate e eliminação do seu oponente,

obrigando os agentes da repressão a utilizarem métodos semelhantes sob o risco de serem derrotados caso assim não agissem:

Você não pode justificar nunca a tortura. Se na guerra você não a permite e, se nós primamos por certos princípios, como vamos permiti-las quando agimos contra nossos inimigos. Não podemos (MOTTA, 2004, t.13; p.251).

Ora, temos que combater o inimigo com as mesmas armas que ele utiliza. Se não soubermos combatê-lo com suas próprias armas, iremos sucumbir. É possível que em alguma época tenha havido, *deve ter havido, alguns excessos, talvez até alguma tortura*. Não digo que isso não tenha acontecido. [...]. Mas foi episódico, esporádico, talvez até por força da quantidade de pessoas que atuavam dentro de um organismo dessa natureza, para fazer interrogatórios (MOTTA, 2003, t.5; p.282, grifo nosso).

No depoimento acima, percebemos também a menção à natureza do aparelho repressivo e do contingente que compunham-no. O desvio de funções das Forças Armadas é outro problema apontado; para alguns entrevistados, os membros do Exército, Marinha ou Aeronáutica não devem exercer funções policiais até mesmo porque não são treinados para isso, de forma que o treinamento que recebem, a fim de atuarem em situações de guerra, não visa a repressão e sim a extinção do inimigo. Quando as Forças receberam funções policiais, segundo os entrevistados, foi cometido um grande equívoco, pois as consequências, até hoje sentidas pelas Forças Armadas, eram previsíveis. Conforme depoimento do coronel Clidenor de Moura Lima: “O nosso pessoal não estava preparado para enfrentar a guerrilha urbana de forma adequada [...] que é que aconteceu? A ação, a doutrina, a filosofia da Polícia Civil predominaram sobre as ideias dos nossos oficiais que trabalhavam em conjunto com ela” (MOTTA, 2003, t.6; p.121).

O reconhecimento da tortura é difícil, pois no mais, além de ser abominada pela sociedade e proibida pelos direitos humanos internacionais, é uma prática que fere a ética militar, viola princípios e regulamentos das Forças Armadas e as tradições militares, não obstante transgredir os acordos internacionais assinados pelos presidentes militares.

A tortura, se *não* autorizada pelos presidentes ou comandantes militares, além de todas as implicações acima, caracterizaria ainda um ato de indisciplina. Todavia, se autorizada pelas esferas superiores, decorreria de uma política imoral, irracional e desprovida da ética militar, que levaria novamente ao desprestígio da instituição e mesmo do regime militar, dificultando ainda mais sua admissão, de forma que não houve um único entrevistado que declarasse conhecimento sobre a autorização ou condescendência dos presidentes ou mesmo de oficiais comandantes para a realização de torturas.

Entre a cruz e a espada, os depoentes preferiram reconhecer a tortura como um ato praticado pelos oficiais inferiores, suboficiais ou graduados, que exercendo funções policiais em companhia de policiais civis e militares, contaminaram-se e se deixaram levar pelos seus instintos mais funestos, corrompendo a hierarquia. A seletividade da memória atuou nesta parte das narrativas com significativa eficácia. O depoimento do general-de-exército Jaime José Juraszek ilustra com precisão esse pensamento:

Os chefes militares nunca mandaram torturar; nunca vi um general, um coronel, nunca vi mandarem torturar. É bom lembrar também que as operações eram feitas em conjunto com civis, a Polícia Militar e outros órgãos (MOTTA, 2003, t.6; p.34).

A declaração do general-de-brigada Flávio Oscar Maurer, reproduzido abaixo, ilustra outra situação comum entre os entrevistados, inclusive entre aqueles que serviam nos órgãos de repressão, como os DOI-CODIs: nenhum afirma ter realizado ou presenciado a prática da tortura. Com exceção do depoimento do general Adyr Fiúza de Castro aos pesquisadores do CPDOC, é raro encontrarmos depoimentos de torturadores.

Nunca participei de uma ação repressiva com o emprego da violência. Apesar de ter mantido presos aqueles elementos da VAR- Palmares durante uma semana, não cometemos contra eles qualquer agressão física. Mas na minha opinião, quando se combate a guerra suja, os métodos, às vezes, também precisam ser violentos. Acredito que tenha havido exagero por parte de uns poucos colegas, *mas sem o comprometimento da instituição*. Foram apenas atos isolados de alguns integrantes da Força. (MOTTA, 2003, t.8; p.311, grifo nosso).

Outra queixa registrada, porém menos frequente, e uma das poucas que imputariam aos comandantes as responsabilidades pelas torturas e mortes nos porões da ditadura, versa sobre a negligência dos comandantes, que por descuido ou confiança excessiva nos seus subordinados, permitiram, ainda que inconscientemente, ocorrências de excessos. O próprio presidente Geisel, que vivenciou em seu governo a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI no II Exército (SP), incriminou o general Ednardo, comandante da referida Região Militar, exigindo seu afastamento do cargo. Nas palavras de Geisel:

Quando foi comandar o II Exército ele [Ednardo] se descentralizou, deixando o pessoal subordinado agir, enquanto se dedicava às relações sociais, à vida absorvente de São Paulo. [...]. Num fim de semana ele não estava em São Paulo e mataram esse operário. Então veio esse argumento: ‘Ah! Ele não sabia!’, Mas ele era o responsável! Naquela situação, ele não devia se afastar do comando, era displicência. O chefe nessa hora é responsável. Não tem o direito, quando acontece uma coisa dessas, de dizer: ‘A culpa é de fulano porque dei a ordem e ele não fez’. Sempre que acontece um fato, o responsável é o chefe (D’Araújo & Castro (orgs). 1997, p.370 e 376).

A fala de Geisel é reproduzida simbolicamente no pensamento do general Ruy Leal Campello, quando este afirma que: “Então, registro que, sem controle ou assistência de comando superior, podem ocorrer excessos. E isso cala fundo” (MOTTA, t. 3 p.77). Com isso o general impõe a necessidade de um comando forte a fim de coibir ações descabidas por parte dos subordinados. Porém, muitos afirmam que o tamanho e a complexidade das Forças Armadas e dos seus órgãos de repressão impediam muitas vezes que a ordem de um comandante chegasse aos escalões mais baixos, fugindo assim do controle das autoridades as ações realizadas em toda a dependência que figurava sob seu comando.

A decisão de Geisel em afastar o comandante do II Exército é tomada por outros como prova da ausência de envolvimento dos presidentes militares nos episódios que envolveram a prática da tortura, como fica patente no trecho abaixo, extraído do depoimento do Tenente-Coronel Elias Lima Barros.

Tudo decorreu do estado emocional que envolvia os protagonistas, mas nunca esteve no pensamento do Governo Central apoiar tais atos ilícitos”. Houve um fato elucidativo neste sentido: a própria decisão do Presidente Geisel. Ao tomar conhecimento do caso do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, de imediato afastou das funções o Comandante do II Exército. Essa decisão demonstra a repulsa do militar brasileiro a atos de violência e ‘revanchismos’, resultado de sua formação e, sobretudo, de sua índole [...] (MOTTA, 2003, t.4; p.198).

É importante ressaltar que as falas acima reproduzem o imaginário militar antes das descobertas de documentos da CIA, provando o envolvimento do General Geisel em episódios de mortes e torturas. Em maio deste ano, o pesquisador do CPDOC, Matias Specktor, trouxe à público o documento em que Geisel autorizava a continuidade da prática de tortura e extermínio do inimigo interno, permitindo inclusive que o chefe do SNI no período, General Figueiredo, que viria a ser o novo presidente após Geisel, dar continuidade na política de horror dos porões ditatoriais. Apesar do recente descobrimento dos documentos da CIA, não houve alteração no imaginário militar sobre Geisel. O assunto está sendo melhor estudado pelas pesquisadoras, todavia excertos de sites mantidos por militares especialmente da reserva, corroboram essa nossa hipótese:

Estamos diante de mais uma ridícula tentativa de demonizar o Regime Militar. Desta feita surge a notícia de um "documento" da CIA, certamente oriundo de um "telegrama" da baixada dos EUA, em Brasília, dando conta de uma suposta REUNIÃO SECRETA entre o Presidente Geisel e três outros Generais da alta cúpula do sistema de inteligência brasileiro, realizada em março de 1974, na qual teria sido autorizada a eliminação terroristas subversores da ordem pública e da segurança interna do País.

RIDÍCULO, repito, porque, se uma reunião deste nível tivesse ocorrido de fato, para tratar de um assunto de tamanha gravidade, obviamente, todas as medidas de segurança teriam ter sido tomadas para que ninguém, além dos quatro citados, tivesse conhecimento dela e do seu conteúdo.

Qual deles teria sido a "fonte" que "vazou" o que está sendo tratado como informação e que não passa de especulação?

Para que esse "documento" pudesse ser tratado com um mínimo de seriedade, deveria ter, pelo menos, uma avaliação de veracidade do conteúdo e de confiabilidade da fonte. Portanto, não passa, como já disse, de especulação de algum funcionário da Embaixada Americana, querendo mostrar serviço aos seus superiores. Quem testemunhou os diálogos do encontro? Onde estava o agente americano? Havia escutas da CIA na sala de reuniões do Palácio do Planalto usada para decidir sobre a "vida e a morte" de terroristas brasileiros?

A "descoberta" desse telegrama na Internet visa não mais do que dar assunto para antigos e novos atores do comunismo de sempre que, nas suas investidas sobre a soberania dos estados e sobre a liberdade dos cidadãos, promoveu ainda promove, comprovadamente, em cem anos de horrores e trevas, mais de 100 milhões de mortes. Não se trata de uma disputa para saber quem matou mais ou quem matou menos, mas de

uma ridícula tentativa de reduzir a também comprovada confiança do povo nos militares brasileiros, a qual será posta à prova nas próximas eleições. Finalizo este comentário com um pensamento bastante conveniente para o caso: "Os que se afogam acabam por agarrar-se a tudo que boia"! (General de Brigada Paulo Chagas, 2018).

Disponível em: <http://ternuma.com.br/index.php/art/3426-o-documento-da-cia-e-alguma-coisa-que-boia-gen-bda-paulo-chagas>)

Por fim, o depoimento do tenente-coronel Idalécio Nogueira Diógenes serve como expressão da opinião majoritária entre os militares, ou seja, a de que as selvajarias foram praticadas em nome de um bem maior, o bem do Brasil:

O Brasil deve à Revolução o fato incontestado de ter evitado uma guerra fratricida como acontecia, então, no Vietnã. [...]. Esse é o maior mérito da Revolução. Isso justifica, ao meu ver, até mesmo os eventuais desvios de conduta de alguns (MOTTA, 2003, t.4; p.189).

3.1 Vozes estudantis, desencontros.

A mobilização estudantil foi vasta, e um dos movimentos sociais de resistência e combate mais importantes e abrangentes do período entre 1964 e 1985, foco de atenção constante da inteligência militar. Espalhado por todo o país sob a égide da UNE, maior entidade representativa, e das entidades estaduais, como as UEEs, o Movimento Estudantil arregimentava milhares de militantes, embora não fosse uma organização homogênea. A certeza maior e o elemento unificador, no entanto, era o combate ao Regime Militar (Martins Filho, 1996; 1987). Todo o período militar foi marcado por intensa repressões e violações físicas dos direitos humanos dos estudantes. Um dos exemplos mais conhecidos, redirecionador das práticas dos militantes estudantis, foi a morte do secundarista Edson Luis Lima Souto, no restaurante universitário Calabouço, em março de 1968. Naquele momento, o movimento estudantil entende que se torna alvo da repressão (Gurgel, 2002).

É difícil organizar relatos e depoimentos dos estudantes sobre a militância e ainda mais sobre a repressão. Muitos entendem que a exposição de suas memórias se torna uma forma de legitimação de sua trajetória de vida, mas outros temem ainda. Por isso, os relatos sobre a repressão e a tortura neste trabalho privilegiam aqueles que

conseguiram expor suas memórias por meio da análise de sua trajetória de vida. Como mencionado, dois deles, Catarina Meloni (2010) e Cid Benjamin (2013), por meio de autobiografias. E o terceiro, Euclides Cunha, militante da defesa das memórias da resistência por meio de exposições artísticas itinerantes.

Sob a perspectiva da resistência, por sua vez, o Estado repressivo, a violência, as prisões, o medo, foram moldando forma nova de ser e estar em sociedade. A repressão moldou um novo sujeito, que não tinha liberdade individual, vigiado e perseguido. Mas esse novo sujeito não é diferente apenas durante o regime, mas também depois dele. Se observar-se a história por duas óticas diferentes, obviamente as falas construídas a respeito serão diversas, talvez até opostas. Portanto, não nos cabe aqui inferir qual a visão sobre a repressão em cada um dos grupos aqui presentes, militares e militantes estudantis, mas como as memórias sobre essa questão se articulam por meio das falas e em como estas colaboram para a construção da memória coletiva sobre o tema. A partir daí, em como cada grupo será visto socialmente diante de um tema tão delicado.

Na construção das falas dos ex-estudantes, mesmo quando as memórias são sobre o grupo, referem-se ao “eu” no grupo, a como o indivíduo agiu, sentiu, interpretou, ou seja, a vivência pessoal. Raramente acontecem falas em nome do grupo, como acontece nas falas dos militares aqui dispostas. Estas mostram um possível elemento comum: a ausência da identificação da instituição militar com a tortura. Os depoimentos da obra analisada tem a intenção de falar não apenas por cada indivíduo, mas pelos militares como um todo. Por isso a instituição reconhece que houve tortura, porém, em casos isolados, praticada por indivíduos que, nessas falas, não tem nomes ou identificações. Assim, a instituição militar se retira da ação de tortura, que foi praticada “por alguém”, não pela instituição.

Nas falas de militares, esse praticante não tem nome, embora seja de conhecimento amplo a identidade de alguns (Gorender, 1987). A instituição militar não exige a existência de tortura, mas não se associa a ela. No entanto, há poucas falas de repúdio à quebra dos direitos humanos, e, quando se reconhece sua existência, ela se dá em dois casos: a) isoladamente, por indivíduos com motivações pessoais ou desvios de comportamento, e b) como resposta à atitudes desleais da resistência civil. Assim, há ainda a *justificativa*. *Se* havia tortura, era para responder às práticas dos guerrilheiros.

Os estudantes, por outro lado, inserem-se o tempo todo como indivíduos nos cenários de repressão, e este contexto passa a fazer parte de sua identidade, arte da construção que o leva a se identificar no passado, por meio de suas ações e dos grupos aos quais pertenciam, mas sempre tendo em primeiro plano sua construção identitária em relação ao grupo.

A organização “Movimento Estudantil” está presente, mas falas que refletem sobre repressão e tortura, tem a personalidade, a dor, os sentimentos individuais como base.

Em *1968: O Tempo das Escolhas*, Catarina Meloni reflete sobre sua maturidade, e em como ela se desenha a partir de sua experiência como militante e líder do movimento estudantil durante o Regime Militar, sendo esse contexto determinante para que alcance a Catarina já aos sessenta anos. Ressalta ainda que teve, como outros estudantes, a juventude roubada pela repressão.

Meloni cursava Letras na USP e fazia parte da União Estadual dos Estudantes-São Paulo, enquanto Luis Travassos era presidente. Quando este assume a presidência da União Nacional dos Estudantes, a UNE, ela assume o comando da entidade estadual e passa a disputar a legitimidade da presidência com José Dirceu.

Ela, hierarquicamente a escolha para a o cargo. Ele, líder carismático e em ascensão, a escolha de grupos que o apoiavam. Foi presa no desfile de 7 de setembro de 1968. Segundo seu relato, como líder de uma entidade clandestina e que combatia o regime, a presença no desfile era perigosa, uma exposição desnecessária, de si mesma e da organização estudantil. Mas saiu às ruas porque queria “sentir” e “ver” o mesmo que outras pessoas, aquelas desligadas de qualquer movimento combativo: “Nosso partido queria fazer a revolução, e eu dava mostras de não compreender nada de estratégia, expondo-me daquele jeito” (Meloni, 2010, p.34).

Esta fala exemplifica como o ator do movimento estudantil coloca a si mesmo em todos os quadros mnemônicos, e é a partir de sua presença no quadro que as projeções da memória acontecem. O grupo está lá, “**nosso partido** queria fazer a revolução”, mas a porção humana, individual, é que determina o que se lembra: “**e eu** dava mostras de não compreender nada de estratégia”. O livro retoma a estruturas organizacionais e políticas do Movimento Estudantil de forma breve, e sempre como pano de fundo para a subjetividade de seus atores. “O tempo das escolhas” mostra essencialmente como aquele período forjou comportamentos, e estes, laços sociais, que,

para a autora, determinaram quem ela seria em sua maturidade. A intenção desse relato é posicionar os militantes como “seres sociais”, apesar – e não antes de – de todo o direcionamento político combativo e/ou revolucionário:

“Eu não me pergunto: quem sou? Me pergunto mesmo: o que sou? E nessa pergunta vai embutido: o que fiz do meu passado? [...] O passado não me pesa. Não quero esquecer-lo nem ignorá-lo. Quero compartilhar o meu passado que é, de certa maneira, o mesmo da minha geração. E o passado da minha geração é um pontinho pequeno, talvez insignificante, mas um pontinho real da história do país”. (Meloni, 2010, pág. 69-70).

De acordo com os relatos de Meloni, as subjetividades nunca foram descoladas dos atores do Movimento Estudantil, ainda que a repressão os identificasse de forma homogeneizada como “inimigo” da nação. Tanto que, durante seus interrogatórios e prisões, ofensas generalizadoras como comunistas, teleguiados de Moscou, subversivos, eram substituídas pela análise de condição social enquanto mulher:

O policial que me interrogava, ao referir-se ao meu estado civil [...] dizia ‘amasiada’ [...] Era uma forma de intimidar, de criar constrangimento pelo uso de palavras ou expressões que, num ambiente de delegacia de polícia, transformavam-se em vulgaridades, até obscenidades (Meloni, 2010, pág. 25)

A tortura, física ou psicológica como descrita no depoimento de Meloni, gera dúvidas até mesmo acerca da necessidade ou da legitimidade de se voltar à tais memórias. Outro líder estudantil, Euclides Cunha, secundarista à época do Golpe e militante da ALN, Aliança Libertadora Nacional, grupo armado de resistência e combate à ditadura, já em 1968, revela os receios em trazer sua história à tona:

Meu medo é de ser fantasioso, ou duro demais, tenho dúvidas sobre certos companheiros, de terem sido realmente espiões da repressão e tenho conhecimento de gente que morreu tragicamente na tortura, mas nem por isso foram muito coerentes, entretanto conheço uma filha de um deles que sinto seria doloroso contar a verdade, pra ela, tão fragilizada, mas acredito que tenho que desvendar tudo o que sei, depois que se façam os ajustes com mais fatos que me confirmem ou desmintam. (Augustinho, 2015, pág. 201-202)

Se, no depoimento aqui descrito anteriormente, o coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro afirma não ter havido *tortura física*, ou ao menos não tê-la visto, Euclides Cunha, em depoimento para Aline Augustinho (2015), relembra os detalhes da violência que sofreu:

Fui preso em 73 e como eu consegui enganar os meus torturadores, eu sabia que depois de solto não teria contemplação quando soubessem de meus envolvimento que eram graves, e fui pra Curitiba, semiclandestino! Como sabia que o sistema de busca era por imobiliárias, eu alugava casa direto com o proprietário, e mesmo quando eu cheguei em 71 fiz isso em pensões, morando em cortiços, quando nasceu minha filha, eu ganhava bem, como desenhista publicitário numa agência de renome e resolvi alugar um apartamento, meu pai fez o aluguel em seu nome mas como ele estava sob vigilância, chegaram a mim. Nas agências eu fui de tudo um pouco, iniciei com *past-up*, depois arte-finalista, letrista, *layout-man* e fotografo e laboratorista e já ensaiava com diretor de arte quando fui preso. Minha filha não tinha um ano! Fui preso quando ia pra fila de ônibus por um Corcel e 3 policiais e já as 7hs estava sendo "amaciado", que é como chamam: socando no estômago e no rosto pra eu não conseguir reagir nem pensar direito, me despiram e colocaram num paude-arara, onde molhado com água com sal, recebia choque de 2 fontes: a "Maricota", máquina de levar choques que era gerado manualmente por manivela de outro lado o torturador aplicava choque com 2 teclas de ligar luz e uma bateria! Perguntaram-me todo o tempo sobre a "ALN", e eu nunca tivera envolvimento com ela no Brasil. Então cheguei a acreditar que eles estavam jogando verde pra colher maduro, ou e já, esperavam que eu mesmo me denunciasse, o que tivesse feito! Então tive o insight de fazer um personagem de "Zé Migué", cara manipulado que não sabia de ideologia e foi levado na onda. A 1ª coisa foi reforçar meu sotaque mato-grossense, pra me fingir um capiau da roça, e em vez de falar gíria de organização, eu evitava tudo isso, em vez de apropriação era roubo, em vez de apoio logístico, era casa onde guardavam armas, etc. Como tinha que entregar alguma coisa eu resolvi dedar uma companheira que viera comigo mas isso fazia 1 ano e 10 meses, sem contar que não contei tudo. Eu a encontrara, no ônibus que vim de Montevideo pra São Paulo, uma amiga muito querida e que era da ALN, estava com carteira de identidade argentina e quando chegamos ficamos no mesmo quarto de hotel, ela tinha um ponto no Ipiranga, mas foi lá e não encontrou ninguém a coitada, com apenas 20 anos e com identidade argentina de mulher de 50 anos, ela usava *tailleur* pesado e muita maquiagem pra poder aparentar 50 anos, mas era

impossível fiquei puto da vida com a organização que fez loucura daquelas.
(Augutinho, 2015, pág. 205)

Se as Forças Armadas tomaram a postura de afastar de suas funções o Comandante do II Exército ao tomar conhecimento do caso Vladimir Herzog, mesmo após a repercussão da morte do jornalista outros agentes do governo militar mantinham a violência como conduta de repressão dos insurgentes, segundo seus depoimentos:

Fui pro Doi-Codi onde fui torturado pela cadeira do dragão, onde você senta numa cadeira que tem encosto e assento de metal e com um capacete de plástico com 2 eletrodos de alta voltagem e me vi dragão, pois minha boca abria sem eu desejar, minha língua se projetava toda pra fora, sem eu querer e saíam faíscas da ponta da língua. Minha sorte nas 2 torturas foi de ser magro, pessoas gordas não resistiam e morriam de ataque cardíaco. Deixaram-me numa cela individual e com um macacão sem cinto e sapatos sem cordão, e foi lá que mataram o Vladimir Herzog e disseram que ele se suicidou. Como? Eu passava o tempo todo carneando desculpas, e disfarces pra uma próxima sessão de tortura e de depoimento, mas não veio. (Augustinho, 2015, pág. 207)

A tortura é lembrada também por Cid Benjamin, em seu *Gracias a La Vida*:

Não é incomum que alguém submetido ao martírio peça que os algozes os matem. Nessas horas, no DOI-Codi havia sempre um carrasco mais cínico que mandava interromper por um instante o suplício e lembrava ao preso que o torturado não era senhor do seu destino. Que só morreria se seus verdugos o quisessem e quando estes quisessem [...] Isso aconteceu comigo (Benjamin, 2013, pág. 70)

A fala de Euclides Cunha apresenta um tom mais acelerado, que transita entre vários pontos temporais. Sua narrativa se movimenta de suas impressões e lembranças para preocupações sobre os companheiros ou outros personagens. Essa busca em colocar outros atores no contexto lembrado pode indicar uma tentativa de legitimar sua lembrança, pela presença de outro ator. Percebe-se, nas falas dos atores do Movimento Estudantil, de uma maneira geral, uma recorrente ligação da construção mnemônica com o outro, como aparece no texto de Benjamin, no capítulo destinado às memórias sobre tortura:

Algo deve ser dito: o sofrimento de quem é quebrado pela tortura é o maior. A pior dor é a da alma. A dor física passa, por mais que o corpo tenha sido machucado. As sequelas físicas (no meu caso, uma surdez parcial) na maioria das vezes não são muito graves. Já a dor dos que não resistiram e entregaram

informações que levaram à prisão ou à morte de companheiros os acompanha nos tempos futuros (Benjamin, 2013, pág. 71)

Muitos de nós conhecemos a clandestinidade, a prisão, a tortura e o exílio. E, todos, tivemos amigos e companheiros de jornada que perderam a vida na flor da idade ou que ainda guarda sequelas das violências de que foram vítimas (idem, 2013, pág. 18)

Benjamin atenta para o fato de que havia, até 1969, um certo contato entre os presos políticos e os militares de patentes mais baixas, que, segundo ele, provavelmente não estavam cientes das torturas, já que eram muito jovens e se aproximavam com frequência dos presos de maneira despreocupada. Aqueles que conduziam sessões de torturas eram conhecidos num círculo menor, mas facilmente identificados entre os presos pelas descrições físicas.

O texto de Benjamin traz dois elementos importantes e comuns à construção dos relatos daqueles que sofreram a repressão: primeiro, se coloca no centro da construção das memórias, diferente da construção mnemônica dos militares, que parte da instituição pensa onde estava, de quem era amigo, o que sentiu a respeito de um determinado fato. Ainda que a fala se refira a um grupo, ou a um contexto que envolvesse diferentes pessoas, a construção mnemônica se dá a partir da localização do “eu” no contexto. Em segundo lugar, o silêncio da narrativa aparece, mesmo no caso de um texto autobiográfico.

Neste caso, o silêncio se dá ao descrever cenários, contextos e sujeitos, mas preferindo não identificá-los. Silenciar sobre a identidade de alguém no contexto que se rememora diz muito sobre as impressões ainda carregadas, mais de cinquenta anos após o golpe.

O Relatório final da CNV indica que não há como sistematizar uma busca por todos os estudantes que sofreram violações de direitos humanos, mesmo porquê estes normalmente estavam ligadas a organizações clandestinas de luta contra o regime, e só esse dado já dificulta a exposição de suas memórias, quando não se trata de uma liderança estudantil conhecida (BRASIL, 2014, p. 266). Após o golpe, se institui o chamado “Comando Supremo da Revolução”, que elabora os primeiros cerceamentos e os promulga sob a forma de ato Institucional no. 1, em 9 de abril de 1964. A partir daí, as organizações estudantis, secundaristas e universitárias, estariam sob vigilância constante por parte do aparato repressor, como salienta o texto da CNV

As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza, nome utilizado por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros.¹⁴ Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Estão identificados oito casos de afastamento de reitores pelo regime militar e o de um reitor que pediu afastamento devido às pressões recebidas.

(BRASIL, 2014, p. 269)

Outro método repressivo que gerava grande controle por parte da inteligência militar sobre os estudantes – e, inclusive, de seus familiares – e frequentemente utilizados eram os IPMs, que operavam com uma ampla leitura social do fichado, desde sua origem, idade, profissão, vínculo com universidades ou escolas de Ensino Médio, até dados dos familiares, amigos e possíveis contatos políticos, que eram trocados entre delegacias, seções do DEOPS em diferentes estados do país, a fim de manter a comunicação detalhada do vigiado em qualquer lugar:

Vários IPMs foram abertos ainda no mês de abril de 1964, para investigar entidades associativas, como a UNE, instituições de ensino e pesquisa, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e partidos, como o PCB.¹⁶ Na 144ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2 de maio de 1964, os conselheiros discorreram sobre um telegrama originário do Ministério da Educação e Cultura entregue à reitoria em 28 de abril, cujo assunto era uma portaria que determinava a instauração de inquéritos nas universidades para investigação de atividades subversivas. Nas universidades, as comissões de inquérito eram designadas pelos reitores.¹⁷ Também foram instalados diversos IPMs para investigar a Universidade de São Paulo (USP). No entanto, houve diretores, como José de Moura Gonçalves, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), e Álvaro Guimarães Filho, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, que se recusaram a permitir a condução desses inquéritos nas dependências das suas escolas. Segundo as informações levantadas pela Comissão da Verdade da USP (CV/USP),¹⁸ em Ribeirão Preto foram registradas duas prisões de professores na delegacia de polícia municipal: Luiz Carlos Raya e Hona Tahim. Na Faculdade de Filosofia (FFCL-USP), apesar de protestos da direção

(BRASIL, 2014, pág. 269).

Considerações finais:

O recolhimento silencioso daqueles militares que atuaram no período ditatorial, assim como as crescentes críticas da sociedade civil ao período e aos seus gerentes fizeram com que aqueles militares que de alguma forma viveram os anos em que o país esteve sob o domínio das armas, sentissem necessidade de lutar pela preservação de suas memórias. Neste caso, a memória tenta recompor a relação passado-presente e é uma tática de sobrevivência emocional do grupo, desgastado com os inúmeros ataques e ferido na ideia de que contribuíram para o bem da Nação e, no entanto, não tem suas atitudes reconhecidas, dado que acredita que a versão vencedora da batalha pela memória é a daquele grupo que perdeu o combate político em 1964.

É recorrente a ideias de que perderam para a esquerda a batalha pela memória, como fica explícito no trecho da introdução da Coleção, escrita por Jarbas Passarinho, na qual o coronel sinaliza a situação dos oficiais que participaram do golpe e dos governos militares: “são quase mortos-vivos a sofrer o ‘revanchismo’ dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida do governo de esquerda moderada. Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens” (Passarinho. In: Motta, op.cit, p.27).

Mas, mais do que isto, as entrevistas figuram como uma tentativa de estabelecer o lugar da memória do grupo na sociedade. Os depoimentos de oficiais até então publicados, por não terem o caráter institucional, demonstraram mais as divergências, erros e problemas do que a unidade e virtudes do movimento de 1964. Sendo assim, não é de estranhar a ânsia dos militares em registrar as próprias memórias, escrevendo uma versão oficial da história, que já corria dentro do grupo, mas que se mantinha dentro dele.

Isto se tornou evidente por dois motivos em especial: a quantidade de depoimentos que compõe a Coleção e a ausência de opiniões divergentes, resultado da inexistência entre os depoentes, de oficiais considerados pelo Exército como “de esquerda” ou simpáticos a esta no período.

Todavia, não devemos, ao ler tais memórias, esquecer que a instituição militar busca através destes relatos, construir uma história oficial sobre o a repressão, e que os depoentes acreditam-se agentes discursivos, ou seja,

responsáveis pela criação do discurso que será reproduzido pelo restante dos membros do grupo, o qual deverá ser repassado aos seus membros mais jovens e, na medida do possível, atingir a sociedade civil. Acima de tudo, ao lermos as entrevistas, devemos lembrar a influência que as instituições militares exercem sob a formação da percepção e conseqüentemente dos discursos de seus representantes:

[..] para ilustrar minha maneira de ver, gostaria de dizer que a visão que as pessoas têm das coisas, dentro da corporação, é muito condicionada por essa própria corporação. [...]. A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas, e, sobretudo, a corporação militar. *A farda não é uma veste qualquer, é uma pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente*” (General Octávio Pereira da Costa, in: MOTTA, 2003, t.2; p.45, grifo nosso).

Ao utilizar a violência e a tortura como repressão, ainda que segundo o Tenente-Coronel Elias Lima Barros, “nunca estive no pensamento do Governo Central apoiar tais atos ilícitos”, os governos militares se afastavam um a um, à medida que o tempo passava, da promessa de manutenção e respeito das premissas democráticas feitas por Castello Branco, ao longo de seu governo e desde sua posse em 1964:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil, inclusive o Ato Institucional que a integra. Cumprirei e defenderei ambos com determinação, pois serei escravo das leis do país e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira. [...] Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações no processo para a eleição do brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. [...] Todas as nações democráticas livres serão nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. [...] Farei quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas por uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na

opinião pública e nas instituições e decisivamente apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e a profundidade das nossas concepções de vida. [...] Nossa vocação é a liberdade democrática, governo da maioria com a colaboração e respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles também em expressiva atitude as mulheres brasileiras, todos – civis e soldados – ergueram-se, num dos mais belos e unânimes impulsos de nossa história, contra a desvirtuação do regime

(Discurso de posse de Castello Branco, 16 de Abril de 1964,

www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse).

No entanto, o que se observa nos depoimentos dos militares é que há uma ideia de que sua atuação foi em sentido de proteger o país. Durante os ciclos comemorativos, a palavra arquivada reemerge e a atuação dos militantes é revisitada pelo universo acadêmico, pela mídia, pelos próprios atores.

O ciclo dos 50 anos do Golpe não manteve os silêncios, mas trouxe novamente a relação passado-presente como elemento de legitimação da versão, e não do fato. Enquanto militares são chamados à depor e esclarecer atividades que possam ter violado premissas básicas dos Direitos Humanos, como aconteceu com os coronéis Carlos Alberto Brilhante Ustra e Paulo Malhões, militantes estudantis e atores da resistência armada se articulam para discutir e rememorar seu passado em simpósios e congressos sobre o tema.

O coronel Ustra, ex Chefe do DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1974, conhecido durante a ditadura por ser um dos mais rigorosos na aplicação de punições físicas aos presos políticos, em depoimento concedido à Comissão Nacional da Verdade em 2013 não mostra arrependimento, e mantém firme sua posição de quem “cumpria ordens”:

Com muito orgulho, cumpri minha missão. Portanto, creio quem é que deve estar aqui não é o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. É o Exército Brasileiro, que assumiu, por ordem do presidente da República, a ordem de combater o terrorismo e sob os quais eu cumpri todas as ordens, ordens legais, nenhuma ordem ilegal.

Durante o Regime Militar, as Forças Armadas trabalhavam com a identificação de um inimigo comum e articulado, chamados de terroristas, militantes e guerrilheiros:

Todas as organizações terroristas e mais de 40 eram elas, em todos os seus programas está lá escrito claramente: o objetivo final é a instalação de uma ditadura do proletariado, do comunismo. [...] Inclusive nas quatro organizações terroristas que a nossa atual presidente da República [*Dilma Rousseff*] pertenceu

O coronel Paulo Malhães, morto aos 76 anos, após conceder depoimento à CNV numa ação que a polícia identifica como assalto, era um dos principais agentes do Centro de Informações do Exército (CIE).

Foi o primeiro militar dos cinco que depuseram à comissão a admitir ter praticado tortura, embora não tenha admitido um número de vítimas ou seus nomes: "Eu cumpri o meu dever. Não me arrependo" (Em www.bbc.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_jc.shtm), "Como faço com tudo na vida, eu dei o melhor de mim naquela função" (idem), "Cheguei a fazer tortura quando comecei. Depois, evoluí" (idem).

E sobre os indivíduos torturados, entende que não eram pessoas inocentes, retomando a idéia de que a ação violenta era uma imposição das circunstâncias: "Essas pessoas que vocês estão citando eram guerrilheiros, eram luta armada, não eram pessoas normais. Não foram presos porque jogavam bolinha de gude ou soltavam pipa" (Em www.bbc.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_jc.shtm).

Como acontece numa situação de disputa pela memória, os quadros projetados pelas falas de depoentes, militares e estudantes, são bem diferentes. Enquanto as falas dos militares promovem a ideia de finalização, de passado, a dos estudantes carregam elementos que salientam a presença dos acontecimentos ao longo de sua vida. Em 2014, os 50 anos da Revolução para os militares foram o elemento disparador de memórias que estavam no passado e podiam ser resgatadas a fim de se *re-conhecer* as ações pela proteção do país. Pode-se entender que o esforço em se promover os debates e as comemorações, que contaram até com desfiles, dos "50 anos da Revolução" foi direcionado a ser um contraponto às discussões promovidas pelas comissões da verdade em nível nacional, estadual e até municipal.

Nas décadas subsequentes à 1964, nunca houve um programa de comemoração e rememoração tão elaborado quanto em 2014. Por outro lado, as falas dos estudantes, independente do elemento disparador, ou seja, do momento histórico e do motivo pelo qual se chama ao depoimento, são mais dispersas e esporádicas, normalmente promovida como autobiografia, como nos casos de Meloni e Benjamin, ou por ocasião de pesquisas e eventos acadêmicos.

A exceção é o ciclo comemorativo dos 40 anos de 1968. Em 2008, eventos de norte a sul do país aconteceram com o intuito de “comemorar” a militância estudantil (Augustinho, 2010). Havia, então, um sentimento de liberdade e de aceitação da sociedade civil ao expor as memórias do combate. No entanto, esse espaço de rememoração foi marcado pelo estímulo às memórias das organizações estudantis, e menos às situações de tortura – muito embora estas não tenham sido descartadas nos eventos.

As lembranças de estudantes sobre as torturas têm um outro viés em ainda marcadas pelo medo, insegurança e dor, porque o resultado dessas práticas não permanece no passado para quem as vivenciou. Em seu texto, Cid Benjamin lamenta que o tratamento dado pela justiça brasileira a esse contexto seja tão diferente de outros países sul-americanos, como a Argentina e o Chile, salientando a preocupação com o futuro:

A vergonhosa decisão do Supremo Tribunal Federal, em abril de 2010, de estender a anistia a torturadores, estupradores e assassinos de presos políticos não ajuda a banir essa prática. Ao considerar esses procedimentos “crimes conexos” a delitos políticos, estendendo os benefícios da Lei da Anistia a agentes do estado que os praticaram, o STF contribuiu para que tortura não fosse extirpada em nossa sociedade (Benjamin, 2010, p. 73).

A ausência de uma organização geral para os depoimentos dos estudantes pode contribuir para que muitos se sintam isolados e inseguros para expor suas memórias, até mesmo sem um canal que as leve a um interlocutor. Por isso, muitas vezes se optou pelo silêncio, quebrado a cada década ou meia década, quando algum elemento disparador permitia o interesse acadêmico e midiático, facilitando as possibilidades de fala e escuta desses atores. A memória e o testemunho, porém, não deixam de existir, mas permanecem guardados. Palavra arquivada é o termo cunhado por Meloni para descrever o hiato nas possibilidades de reconhecimento

da experiência e militância estudantil entre um ciclo comemorativo e outro. Para a palavra arquivada dos estudantes de 1968, falta a possibilidade de legitimação. A legitimação acontece quando se ouve e acolhe a fala, e assim, passa de um depoimento para um testemunho.

Trata-se de vivências diferentes. O depoimento é a oralização ou a escrita de uma memória para um determinado objetivo. Testemunho é o acolhimento do que é dito pelos ouvintes. É a ressignificação dos valores e dos sentimentos que estão ali expostos. Garapon (2004) nomeia esses dois tipos de exposição da construção mnemônica, relacionando-os com as possibilidades políticas deste feito. A disputa pela memória não está relacionada ao certo e errado, a quem ganhou ou perdeu, mas ao conceito que se cristaliza na memória social e que é passada para as próximas gerações.

É possível que o ciclo dos 50 anos de 1964 tenha ascendido em componentes das Forças Armadas o desejo de manter uma construção social sobre os anos de sua chamada Revolução, confrontados desde o início dos anos 2000 pela articulação de grupos sociais que buscavam a reavaliação, a preservação da memória ou buscavam justiça para aqueles que foram lesados durante o período. Em 2012, a instalação da Comissão Nacional da Verdade faz emergir um dispositivo para a memória e a justiça que esses grupos tanto buscavam, financiado e estimulado pelo Estado. Houve um grande número de produções acadêmicas e midiáticas sobre o ciclo.

Os componentes do Movimento Estudantil que se dispõem a falar buscam exatamente o testemunho. Buscam que suas memórias sejam reconhecidas e legitimadas por quem os ouve:

Mas, se a linguagem do testemunho é complexa e composta por inúmeras sensibilidades, ele é o momento em que a vítima pode-se libertar da experiência traumática ao conseguir apropriar-se novamente do território invadido (com a quebra de qualquer relação de alteridade), de seus processos de singularização, ou seja, juntar os fragmentos de sua biografia mutilada, desde as sensações de ser, de habitar, de compartilhar. Portanto, o testemunho interrompe a violência permanente de negação das graves violações aos direitos humanos, do silenciamento, constituindo-se um momento do presente que revive o passado ocultado para dar sentido à outra cultura, nascida não do belo, mas da barbárie,

dos campos de concentração, do sofrimento que retira do “outro” sua condição de próximo ao transformá-lo em “inimigo” (Oliveira, 2015, pag. 169).

A contrapartida da divulgação de memórias institucionais pode se tornar algo chamado pela jurista Roberta Oliveira (2015, pag. 169) de “territorialização’ dessas violências silenciosas”. Ou seja, negar a existência do testemunho por quem viveu a violência, transformando-o em mero discurso, condicionado a emergir apenas de tempos em tempos. A jurista salienta, ainda, que a batalha pela memória, nesse caso, não se torna apenas uma disputa pelo que se cristaliza no conjunto da memória coletiva, mas que se torna também uma forma de apagamento da narrativa, e, conseqüentemente, de partes significativas do outro:

No caso dos traumas daqueles que sofreram os efeitos do crime contra a humanidade – seja pela tortura, pelos sequestros, seja pelo desaparecimento forçado e pelas execuções extrajudiciais de seres queridos - , o abandono persiste enquanto os espaços da narrativa não acolherem suas histórias dentro do extermínio subjetivo e sistemático do “outro” (Idem, 2015, pág. 169)

Entre as possibilidades de rememoração para ambos os segmentos, militares e ex-estudantes, existe um conflito que passa não apenas pela conquista do que se projetará para as futuras gerações. Para os estudantes, ter seus discursos transformado em testemunho é uma forma de legitimação das escolhas passadas e aspectos da própria vida, dando sentido a situação de violência que pode desestabilizar um ser humano e alterar toda sua trajetória de vida. É preciso, portanto, que haja a manutenção dos espaços de fala, para que tais trajetórias não se percam.

Havia a expectativa de que com os relatórios finais da CNV, a sociedade brasileira pudesse entender melhor seu passado e desenvolvesse prática de ressarcimento às vítimas, além da reconciliação. Mas isso não aconteceu. As atividades reparatórias foram pouco a pouco cessando, até serem desconsideradas pelo Estado Brasileiro a partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, substituída pelo vice-presidente Michele Temer. Entre as medidas institucionais propostas pelo relatório final da CNV, entregue em 2014, está a responsabilização

das Forças Armadas pela violação de direitos humanos durante o período 1964-1985:

[1] Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985)

11. A CNV, conforme sublinhou em suas conclusões, pôde comprovar de modo inequívoco a participação de militares e a utilização de instalações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na prática de graves violações de direitos humanos – detenções ilegais, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres – no período da ditadura militar, entre 1964 e 1985. O uso desses efetivos e da infraestrutura militar deu-se de maneira sistemática, a partir de cadeias de comando que operaram no interior da administração do Estado. De forma inaceitável sob qualquer critério ético ou legal, foram empregados recursos públicos com a finalidade de promoção de ações criminosas.

[...]

[2] Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais (BRASIL, 2014, pág.964-965)

Ora, tal responsabilização deveria partir sobretudo do Estado, com ações de reconhecimento oficiais, e por fim, chamado à responsabilidade também o Poder Judiciário, afim de elaborar medidas judiciais para que os crimes cometidos fossem punidos. No entanto, seria necessária a aceitação dessa responsabilidade por parte das Forças Armadas, de forma que medidas futuras possam ser tomadas para que outras situações como as que ocorreram durante a ditadura não mais aconteçam. Mas, apesar, do reconhecimento que os depoimentos da Bibliex apresentam sobre a ocorrência de violência e tortura, em nenhum momento há um posicionamento da instituição militar de reconsideração das ações, ou de alteração de postura. Não há o posicionamento para a “reconciliação”, como diz o texto final da CNV, para além da disposição em oferecer os depoimentos. O posicionamento citado nos relatos aqui expostos, de que se usou a força por necessidade do contexto, provavelmente ainda configura o ideário das Forças Armadas, já que, em ação recente de intervenção na cidade do Rio de Janeiro, militares declararam que sua presença nas ruas da capital fluminense não poderia gerar uma “nova comissão da verdade” no futuro.

A responsabilização que a CNV direciona ao Estado Brasileiro e aos então Ministérios Militares é inequívoca, considerando as ações repressivas estruturais e sistêmicas, não atos isolados, uma vez que no referido período “a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e

implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares”, e assim, “a CNV refuta integralmente, portanto, a explicação que até hoje tem sido adotada pelas Forças Armadas, de que as graves violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos, gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares” (BRASIL, 2014, vol. 1, pág.962)

Diante do exposto, o referido Relatório Final elenca uma série de medidas como recomendações para que seus objetivos de reconciliação e direito à verdade, memória e justiça sejam contemplados *para* a sociedade brasileira. Entre elas, a proibição de qualquer comemoração do Golpe Militar de 1964, e por consequência, a ausência do termo “revolução”.

[4] Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964

20. As investigações realizadas pela CNV comprovaram que a ditadura instaurada através do golpe de Estado de 1964 foi responsável pela ocorrência de graves violações de direitos humanos, perpetradas de forma sistemática e em função de decisões que envolveram a cúpula dos sucessivos governos do período. Essa realidade torna incompatível com os princípios que regem o Estado democrático de direito a realização de eventos oficiais de celebração do golpe militar, que devem ser, assim, objeto de proibição. (BRASIL, vol. 1, 2014, pág. 967)

O relatório recomenda ainda que há a necessidade de olhar mais atentamente para a cristalização de valores democráticos em todos os setores do Estado e da Sociedade brasileira, e portanto, também das Forças Armadas, cuidando deste quesito desde a escolha de seus componentes que a leitura do passado somente se tornará homogênea e não passível de disputas

21. É necessário que a formação dos integrantes das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública seja precedida por processos de recrutamento que levem em conta o conhecimento dos candidatos sobre os princípios conformadores do Estado democrático de direito e sobre os preceitos teóricos e práticos relacionados à promoção dos direitos humanos. Também nos processos de avaliação contínua a que os efetivos dessas forças e órgãos são submetidos, esse conhecimento deve ser considerado, de modo a assegurar a compatibilidade de sua atuação com aqueles princípios e preceitos fundamentais. (BRASIL, 2014, vol. 1, pág. 967)

Bibliografia:

ATASSIO, Aline Prado. *A batalha da memória: os militares e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar. São Carlos 2007.

AUGUSTINHO, Aline M. N. *A memória, o grupo e o ator: ligações e tensões acerca da formação da identidade do militante estudantil de 1968*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, Unesp-FCLAr. Araraquara, 2015.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3)

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

..... *Coisas Ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Irene. *68 A comemoração do impossível*. Tempo Social, Revista de Sociologia USP, São Paulo, 10(2): 1-12, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CUNHA, Paulo. *Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FREIRE, Alípio. *Anotações sobre a origem de algumas distorções nas leituras de 1968*. Revista Teoria & Debate, Fundação Perseu Abramo São Paulo, março-abril de 2008.

FREIRE, A. e PONCE, J. A de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo, Scipione Cultural, 1997.

FORACCHI, M. M. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo, Editora USP, 1972.

_____ *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

GARAPON, Antoine. *Crimes que não se podem punir sem perdoar: para uma Justiça Internacional*. Tradução de Pedro Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

GORENDER, J. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

GROPPO, L. A. *Uma Onda Mundial de Revoltas. Movimentos Estudantis de 1968*. Piracicaba, Editora Unimep, 2005.

GURGEL, Antônio de Pádua. *A Rebelião dos Estudantes – Brasília, 1968*. Brasília, Editora UnB, 2002.

HARRES, Marluza Marques. *Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória*. In Revista História Unisinos, vol. 8, no.10, jul/dez, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1996.

LIRA NETO. *Castello: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS FILHO, J. R. (org) *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras, São Carlos: Editora UFSCar, 1998.

Martins Filho, João Roberto. *A Rebelião Estudantil*. Mercado de Letras, Campinas, 1996.

_____ *Movimento Estudantil e Ditadura Militar 1964-1968*. Papyrus, Campinas, 1987.

MELONI, Catarina. *1968, O Tempo das Escolhas*. Nova Alexandria, São Paulo, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral, caminhos e descaminhos. In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH/Marco Zero, vol13, no 25-26, setembro 92- agosto 93.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coordenação Geral). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. 15 Tomos.

OLIVEIRA, Roberta Cunha. Entre as geografias violadas e a resistência pelo testemunho, a necessária ruptura para a transição brasileira. In: *O direito achado na rua*, vol. 7. Introdução Crítica à Justiça de Transição na América latina. José Geraldo de Souza Júnior, José Carlos Moreira da Silva Filho, Cristiano paixão, Livia Gimenes Dias da Fonseca, Talita Tatiana Dias Rampin. 1. ed. - Brasília, DF: UnB, 2015.

POLLAK, Michel. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, rio de Janeiro, vol.5, no 10, 1992, p.200-212.

REIS, Daniel Aarão. 1968: O curto ano de todos os desejos in “Nada será como antes. Os anos 60” Acervo 68. *Revista do Arquivo Nacional RIO DE JANEIRO*, V.11, NÚMERO 1/2, JANEIRO/DEZEMBRO 1998.

_____. *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o seqüestro da História*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 31-45.

_____. 1968, *A paixão de uma Utopia*. Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1988.

RIDENTI, Marcelo; *1968 na mira*, 05/2008, Teoria e Debate, Vol. 1, pp.4-5, São Paulo, 2008.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

_____. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

Sites Consultados

“Ustra Rebate acusações de mortes na ditadura e cita atuação de Dilma em grupo terrorista” www1.folha.uol.com.br/poer/2013/05/1276485-nunca-ocultei-cadaver-diz-coronel-ustra-a-membros-da-comissao-da-verdade.shtml
Acessado em 12/05/2014

www.bbc.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_jc.shtml Acessado em 12/05/2014

www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse
Acessado em 12/05/2014

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-foi-a-revolucao-de-64/>

<https://oglobo.globo.com/rio/comandante-do-exercito-fala-em-evitar-nova-comissao-da-verdade-22413404>

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/04/25/coronel-que-confessou-tortura-e-encontrado-morto.htm>

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/10/comissao-da-verdade-termina-pedindo-julgamento-de-militares-e-fim-da-pm.htm>

<http://ternuma.com.br/index.php/art/3426-o-documento-da-cia-e-alguma-coisa-que-boia-gen-bda-paulo-chagas>

Entrevista

Euclides Cunha, Concedida à Aline Augustinho em 08/12/2013

